



**ACÓRDÃO Nº 902/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 1515/2012.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Responsável:** Sr. Raimundo Valdelino Rodrigues Cavalcante, Presidente e Ordenador de Despesas.
- 4- **Órgão:** Agência de Desenvolvimento Sustentável – ADS.
- 5- **Exercício:** 2011.
- 6- **Advogado:** Márcia Caroline Milleo Laredo – OAB/AM 8936.
- 7- **Unidade Técnica:** DICA-AM.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 4950/2017-MP-ACP, do Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas (fl.934).
- 9- **Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual.

*Contas Irregulares. Alcance. Multa. Fixação de prazo. Remessa. Determinação.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art.11, inciso III, alínea “g”, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, em **consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar Irregulares a Prestação de Contas da Agência de Desenvolvimento Sustentável – ADS, referente ao exercício de 2011, sob a responsabilidade do Sr. Raimundo Valdelino Rodrigues Cavalcante**, Presidente e Ordenador de Despesas, nos termos do inciso II do art. 1º, das alíneas b e c do inciso III do art. 22 e do parágrafo único do art. 25, todos da Lei nº 2.423/96, em decorrência de atos praticados com grave infração às normas legais (irregularidades “J” e VIII, 2, P e XIII e 5) e com danos ao erário (irregularidades Q e XVI);
- 10.2. **Declarar em Alcance**, nos termos da segunda parte do inciso I do art. 304 do RI-TCE/AM, o **Sr. Raimundo Valdelino Rodrigues Cavalcante**, Presidente e Ordenador de Despesas, exercício de 2011, no valor de R\$ 100.249,43, em razão da não comprovação de controle uso de combustível em prol do interesse público (irregularidade Q e XVI);
- 10.3. **Aplicar ao Sr. Raimundo Valdelino Rodrigues Cavalcante**, Presidente



**ACÓRDÃO Nº 902/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

e Ordenador de Despesas, exercício de 2011:

**10.3.1.** a multa no valor de R\$ 3.226,70, prevista na alínea “a” do inciso I do art. 308 do R/TCE-AM, com base no valor disciplinado à época, em face do não atendimento, no prazo fixado, sem causa justificada, à diligência do Tribunal (questionamentos G, I, VII, Q, XVI, 1, X, XVII e 4);

**10.3.2.** a multa no valor de R\$10.000, nos termos do inciso VI do art. 308 da Resolução 4/2002 (RITCE/AM), com base no valor disciplinado à época, em decorrência de atos praticados com grave infração às normas legais (irregularidades “J” e VIII, 2, P e XIII e 5).

**10.4. Fixar** o prazo de **30 (trinta) dias**, a contar do Ofício de comunicação do Acórdão, para que os Responsáveis comprovem, perante este Tribunal, o recolhimento aos cofres da ADS dos montantes declarados em alcance, em conformidade com a alínea “a” do inciso III do art. 72 da Lei n. 2.423/96, corrigidos monetariamente, caso o recolhimento ocorra fora do prazo determinado (art. 55 da Lei n. 2.423/96);

**10.5. Fixar** o prazo de **30 (trinta) dias** para o recolhimento ao cofre da Fazenda Estadual do valor da multa imposta, com comprovação perante este Tribunal dos valores recolhidos, tudo em conformidade com a alínea “a” do inciso III do art. 72 da Lei 2.423/96, c/c o §4º do art. 174 da Resolução 4/2002 (RI-TCE/AM), corrigido monetariamente, caso o recolhimento ocorra fora do prazo determinado (art. 55 da Lei 2.423/96);

**10.6. Remeter** os autos à DICREX para que efetue os procedimentos previstos na Resolução 3/2011-TCE, observando o disposto no art. 5º da mesma Resolução;

**10.7. Determinar** à Origem, nos termos do art. 188, §2º do Regimento Interno/TCE-AM que:

**10.7.1** evite a realização de despesas com festividades e que somente devem ser toleradas as que possam ser associadas às finalidades da instituição e impliquem gastos comedidos, conforme a jurisprudência do TCU;

**10.7.2** cumpra o inciso II do art. 37 da CF/88, no sentido de realizar concurso público e, por conseguinte, observar o Princípio da Razoabilidade quanto ao preenchimento de cargo comissionado com servidores que não façam sejam efetivos;



**ACÓRDÃO Nº 902/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**10.7.3** observe a súmula vinculante n. 13 do STF, a fim de eliminar a prática de nepotismo no âmbito da ADS; e

**10.7.4** por último, que a reincidência, nas próximas prestações de contas, das determinações ora veiculadas acarretará o julgamento da irregularidade das respectivas Contas, conforme prevê a alínea “e” do inciso III do parágrafo 1º do art. 188 do Regimento Interno/TCE-AM.

**9- Ata:** 32ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**10- Data da Sessão:** 19 de setembro de 2017.

**11- Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente, em exercício), Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Mario Manoel Coelho de Mello e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

**11.1- Auditor presente e Relator:** Alípio Reis Firmo Filho.

**12- Representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

**YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**

Conselheira-Presidente, em exercício

**ALIPIO REIS FIRMO FILHO**

Auditor-Relator

**CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA**

Procurador-Geral